



Psicologia Escolar e Educacional

ISSN: 1413-8557

revistaabrapee@yahoo.com.br

Associação Brasileira de Psicologia Escolar e
Educacional
Brasil

Neno Cecilio Tada, Iracema; Pereira Sápia, Iuna; Alves de Lima, Vanessa Aparecida
Psicologia Escolar em Rondônia: formação e práticas
Psicologia Escolar e Educacional, vol. 14, núm. 2, julio-diciembre, 2010, pp. 333-340
Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional
Paraná, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=282321833015>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Psicologia Escolar em Rondônia: formação e práticas

*Iracema Neno Cecilio Tada
Iuna Pereira Sábia
Vanessa Aparecida Alves de Lima*

Resumo

Estudiosos da Psicologia Escolar têm criticado o modelo clínico na formação e atuação dos psicólogos por dificultar a compreensão sobre o funcionamento escolar, sugerindo uma prática pautada na teoria histórico-crítica. Nesta pesquisa, buscou-se conhecer a formação e a atuação dos psicólogos da rede de ensino público de Rondônia. Desenvolveu-se uma pesquisa quantitativa e qualitativa utilizando, como instrumentos para coleta dos dados, questionário, análise documental e diário de campo, com a participação de 38 psicólogos. Os dados mostram que a inserção deste profissional nas escolas é recente em Rondônia. A maioria é ex-aluno da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), que, até 2005, possuía enfoque clínico nas disciplinas de Psicologia Escolar, o que parece ter contribuído para a atuação clínica nas escolas. Dado preocupante é a não participação em cursos de formação continuada, contribuindo para uma prática que desconsidera a complexidade do cotidiano escolar e as relações sociais ali constituídas.

Palavras-chave: Psicologia escolar, formação do psicólogo, atuação do psicólogo.

School Psychology in Rondônia: formation and practice

Abstract

Scholars engaged in the study of School Psychology have criticized the psychologists' clinical model in the formation and performance, for complicating the scholar functioning comprehension, suggesting a practice guided by the historical critical theory. The aim of this research was to know the formation and performance of the psychologists of public education in Rondônia. A quantitative and qualitative research among 38 psychologists was developed using as data collect instruments, questionnaire, documentary analysis and field diary. The data show that the insertion of psychologists in schools is recent in Rondônia. Most were students of the Federal University of Rondônia (UNIR), which up to 2005, applied a clinical approach in School Psychology's subjects, what may have contributed for the clinical performance in schools. It's a concerning data the non- attendance to continued formation courses, what contributes for a practice that disregards the school routine complexity and social relations built there.

Keywords: School psychologist, psychologist education, psychologist performance.

Psicología escolar en rondonia: formación y prácticas

Resumen

Estudiosos de Psicología Escolar vienen criticando el modelo clínico en la formación y actuación de los psicólogos por dificultar la comprensión sobre el funcionamiento escolar, sugiriendo una práctica pautada en la teoría histórico-crítica. En esta investigación se buscó conocer la formación y la actuación de los psicólogos de la red de enseñanza pública de Rondonia. Se desarrolló una investigación cuantitativa y cualitativa utilizando como instrumentos para la recopilación de datos, cuestionario, análisis documental y diario de campo, con la participación de 38 psicólogos. Los datos muestran que la inserción de este profesional en las escuelas es reciente en Rondonia. La mayoría es ex-alumno de la Universidad Federal de Rondonia, en adelante UNIR, que hasta 2005 poseía enfoque clínico en los cursos de Psicología Escolar, lo que parece haber contribuido para la actuación clínica en las escuelas. Dato preocupante es la ausencia de participación en cursos de formación continuada, contribuyendo para una práctica que desconsidera la complejidad del cotidiano escolar y las relaciones sociales ahí constituidas.

Palabras-clave: Psicólogo escolar, formación del psicólogo, actuación del psicólogo.

Introdução

A formação e a atuação do psicólogo escolar tem sido foco de discussão por pesquisadores da área (Machado, 2000/2007; Marinho-Araújo & Almeida, 2005; Patto, 1997; M. Souza, 2007) em virtude do viés clínico que tem contribuído para atuação descontextualizada.

A crítica a respeito dos cursos de graduação consiste em que, na sua grade curricular, há disciplinas da área da saúde, como Psicofisiologia, Genética Humana, bem como disciplinas da área da Psicometria, que buscam enquadrar as pessoas em termos de normalidade e anormalidade, pouco contribuindo para uma compreensão do contexto histórico-cultural em que estas se encontram inseridas (Machado, 2003; Meira, 2003; Antunes, 2003; M. Souza, 1996; Tanamachi, 2000/2007).

Tal formação tem levado o psicólogo escolar a exercer uma prática clínica nas escolas por meio do atendimento individual e, a longo prazo, da criança encaminhada com queixa escolar, realizando anamnese com os pais, aplicação de testes de inteligência e de personalidade no aluno, levando-o a um diagnóstico que tende a culpabilizá-lo e/ou a sua família pelo insucesso escolar em termos de deficiência intelectual, problemas emocionais, familiares ou de saúde, bem como condições socioeconômicas (Collares & Moysés, 1996; Moysés, 2001; Patto, 1997; M. Souza, 1996; B. P. Souza, 2007).

Essas formas de explicar o insucesso escolar não possibilitam ao psicólogo uma compreensão sobre a complexidade do cotidiano escolar, o qual é composto por inúmeras variáveis que interferirão, de alguma maneira, no sucesso ou não do aprender.

A mudança da direção escolar, o remanejamento do professor da sala de aula para a Secretaria de Educação durante o ano letivo e as reuniões de última hora, sem um planejamento prévio, convocadas pelos gestores escolares são variáveis a serem consideradas pelo psicólogo para a compreensão da suposta queixa escolar (B. Souza, 2007). Tais ocorrências, segundo a autora, têm contribuído para uma produção de desânimo e descrença dos atores escolares em suas próprias ações, que passam a perceber a instituição escolar como *a terra do improviso* (p.251), provocando tensões nas relações sociais constituídas na escola.

Outro fator que contribui para a percepção de ações improvisadas na escola seria a implementação de políticas públicas em Educação de forma autoritária e sem discussão com os profissionais que atuam nas escolas segundo B. Souza (2007) e M. Souza (2006), gerando confusões e atritos nas relações entre professores, alunos, pais, equipe técnica e de apoio, até se adequarem às novas diretrizes.

Podemos destacar como um exemplo de política pública que tem provocado grande confusão nas escolas a inclusão escolar. Nos estudos de Angelucci (2006), Melo e Tada (2007), Oliveira e Tada (2007) e Tada (2005) foi verificado o quanto os atores escolares não possuem informações claras a respeito deste novo paradigma da Educação Especial, gerando práticas escolares de exclusão do aluno com

deficiência, seja por meio da falta de adequação do material escolar, da existência de barreiras atitudinais e/ou arquitetônicas, seja por não haver uma discussão sobre como incluir e como avaliar o aluno com deficiência.

A falta ou a não atualização da construção coletiva do Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas, que deve nortear as suas ações, pode também contribuir para o insucesso escolar. Asbahr (2006) afirma que o PPP, quando construído em parceria com os atores escolares, permite uma discussão dos problemas escolares e a elaboração de estratégias que busquem minimizá-los em prol de uma escola de qualidade e, quando esta parceria é desconsiderada, há uma perda de identidade dos atores com a escola.

A formação continuada também tem recebido atenção, como podemos verificar nos trabalhos de Marinho-Araújo e Almeida (2005) e Marinho-Araújo e Neves (2007), na busca de um redirecionamento da identidade do profissional da Psicologia Escolar para que possa ter uma melhor compreensão sobre o processo de escolarização, pautada numa prática contextualizada e fundamentada na Teoria Histórico-Crítica.

Nesse sentido, vale destacar o empenho do nosso curso de Psicologia que, em 2007, ofereceu o primeiro curso de especialização *latu sensu* de Psicologia Escolar com base na Teoria Histórico-Crítica para dez psicólogas que atuam na rede pública da educação de nosso estado.

As ações de nosso curso de Psicologia em busca de uma atuação crítica do psicólogo escolar são recentes e, por considerar que, durante algum tempo, foi o único curso de Psicologia a ser oferecido em Rondônia, atendendo também ao Acre, e, considerando, também, a ocorrência de concursos para preenchimento de vagas deste profissional em nosso Estado, consideramos importante analisar como o psicólogo escolar tem atuado nas escolas públicas de Rondônia. Espera-se que esta pesquisa possibilite conhecer a formação e a atuação do psicólogo escolar, identificando suas reais necessidades frente à complexidade do cotidiano escolar, colaborando para nossa reflexão sobre a formação inicial e continuada deste profissional.

Metodologia

Local do estudo

Esta pesquisa foi realizada no estado de Rondônia – que possui 52 municípios e população estimada em 1.503.928 habitantes (Censo de 2000¹) – no período de 2006 a 2009.

Segundo o Censo Educacional de 2008 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, em Rondônia, houve, em 2008, 301.626 matrículas no Ensino Fundamental, distribuídas em 1.425

1 Segundo informações obtidas através do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE: www.ibge.gov.br.

escolas, e 60.428 matrículas no Ensino Médio, distribuídas em 212 escolas².

Atualmente, possui nove cursos de Psicologia, sendo três na capital (um em universidade pública e dois em faculdades particulares) e seis no interior (todos particulares).

Participantes

Participaram desta pesquisa 38 psicólogos escolares, 35 do sexo feminino e três do sexo masculino, na seguinte faixa etária: 20 - 29 anos, nove psicólogos; 30 - 39 anos, 12; 40 - 49 anos, 13; 50 - 60 anos, três e um não informou a idade. Todos leram e concordaram com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Para contatá-los, inicialmente fomos à Representação de Ensino/REN da Secretaria Estadual de Rondônia/SEDUC, em Porto Velho/RO, para identificar em quais municípios havia psicólogos escolares e o telefone para contato, sendo repassado o telefone de 12 Representações de Ensino com lotação de 67 psicólogos estaduais, sendo 42 em Porto Velho. Entramos em contato telefônico com os psicólogos, oito não atuavam mais, um estava de licença médica e 33 aceitaram participar da pesquisa.

Buscamos contatar as 52 Secretarias Municipais de Educação de Rondônia, mas, em virtude de dificuldades como telefones cortados, a secretaria não possuir telefone ou pelo fato do funcionário que nos atendeu não dispor de informações sobre a existência ou não do psicólogo escolar no quadro funcional da secretaria, conseguimos informações de apenas 13 municípios. Destes, somente o município de Porto Velho possui o profissional da Psicologia (seis psicólogos) atuando na área da Educação. Ao entrarmos em contato com eles, um não quis participar da pesquisa.

Abordagem metodológica

Desenvolvemos uma pesquisa quantitativa e qualitativa utilizando, como instrumentos para coleta dos dados: questionário, análise documental e diário de campo (Alves-Mazzotti & Gewandszajder, 2000; Lüdke & André, 1986).

O questionário continha questões referentes ao local e tempo de formação, local e tempo de atuação, tipo de contratação, formação continuada, forma de atuação, principais instrumentos utilizados, público alvo e base teórica que norteia as suas ações. Foi enviado via e-mail para os psicólogos do interior e, para os da capital, foram agendados data e local para aplicação individual.

Para realizar a análise documental, buscamos, junto ao psicólogo ou na universidade, cópia dos programas das disciplinas da área da Psicologia Escolar que cursou na graduação e/ou pós-graduação, o ementário das disciplinas e o material bibliográfico utilizado.

2 Segundo informações obtidas através do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE: www.ibge.gov.br. Link “Ensino, matrículas e docentes da rede escolar 2008”.

No diário de campo, foram registradas as visitas à SEDUC, os contatos telefônicos com cada Secretaria Municipal e as impressões gerais sobre o contato com o psicólogo durante a aplicação do questionário.

Procedimento para análise dos dados

Para analisar os dados, seguimos as orientações de Lüdke e André (1986), construindo um conjunto de categorias descritivas com base no referencial teórico de nosso estudo, elaborando quatro categorias: a) inserção do psicólogo escolar na rede pública; b) formação inicial; c) formação continuada e d) atuação.

Resultados e discussão

A seguir, serão apresentados os resultados e a discussão de acordo com as categorias definidas nesta pesquisa.

Inserção do psicólogo escolar na rede pública

De acordo com informações colhidas junto a representante da REN em 2001 e 2003, houve concurso público para psicólogo escolar em decorrência de “uma exigência do Ministério da Educação e Cultura” em se ter este profissional na escola. Deste período até 2006, havia 97 psicólogos lotados nas escolas estaduais sendo que, em 2009, esse número reduziu-se para 27.

Uma possível explicação para esse fato pode ser a baixa remuneração deste profissional – em torno de R\$ 2.200,00 –, sem direito a adicional por titulação, trabalhando semanalmente oito horas/dia e muitas vezes aos sábados. De acordo com a REN, muitos psicólogos têm conseguido transferência para a Secretaria Estadual da Saúde por incorporar, ao salário, além da titulação, o adicional por insalubridade, elevando a renda em torno de R\$2.600,00 (salário bruto), sem falar na carga horária de trabalho reduzida para seis horas semanais.

Atualmente, o Governo Estadual de Rondônia possui a Lei Complementar Nº. 420, de 9 de janeiro de 2008, que dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargos e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica de Rondônia, trazendo, pela primeira vez, a denominação de Psicólogo Educacional no quadro funcional, o que consideramos um grande avanço, embora possamos tecer algumas críticas, como por exemplo, no que tange ao parágrafo IX do Artigo 7º, que define as atividades específicas do psicólogo educacional:

Supervisionar e acompanhar a execução dos programas de **reeducação**³ psicopedagógica, utilizando os conhecimentos sobre psicologia da personalidade e do psicodiagnóstico, para promoção e **ajustamento**⁴ do indivíduo.

3 Destaque nosso.

4 Destaque nosso.

Os termos **reeducação** e **ajustamento** indicam o viés clínico desta atribuição ao psicólogo educacional, podendo contribuir para que ele atue, clinicamente, nas escolas, buscando enquadrar o aluno em termos de normalidade e anormalidade, modo de atuação tão combatido por pesquisadores como Machado (1996) e M. Souza (2006), entre outros.

Quanto à lotação, a Lei Complementar determina que, na REN, seja lotado um psicólogo para cada 2000 alunos, podendo as escolas de tipologia 5 e 6⁵ ter um psicólogo por escola.

Na SEMED, fomos informadas de que houve concurso público para psicólogo em 2006, com pouca procura, tendo hoje seis psicólogas lotadas na Divisão de Ensino Especial/DIEES. O salário bruto é em torno de R\$ 1.400,00 com seis horas de trabalho semanal. As ações destes profissionais são de diagnóstico e de promoção de cursos de capacitação de professores na área da Educação Especial.

Entre os participantes da pesquisa, 63% são contratados como psicólogos; 26% como professores; 8% como professores de Psicologia e 3% não responderam. A contratação como professor deve-se ao fato de que estes psicólogos, antes de realizarem o curso de Psicologia, atuavam como professores por serem formados em Magistério. Optaram por permanecer com esta forma de contrato em função da remuneração ser melhor, o que indica desvio de função, bem como desvalorização do profissional psicólogo. Acreditamos que essa desvalorização em termos financeiros tem contribuído para que o psicólogo deixe de atuar na área da Educação, como discutimos anteriormente. Vale lembrar que a Lei Complementar que define a função de psicólogo escolar é de 2008.

Formação inicial

Quanto à formação inicial, 68% formaram-se pela Universidade Federal de Rondônia; 11% pela Universidade Estadual da Paraíba; 8% por duas faculdades de Pernambuco (Faculdades de Ciências Humanas de Olinda e Universidade Católica de Pernambuco); 6 % por duas faculdades do interior de São Paulo (Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Guarulhos e Universidade do Sagrado Coração); 5% pelo Centro de Estudos Superiores de Londrina e 2% pela Universidade de Cuiabá.

Analizando a grade curricular de curso de Psicologia da UNIR, temos que salientar que este encontra-se vinculado ao Núcleo de Saúde, tendo como disciplinas obrigatórias: Genética e Evolução, Anatomia, Fisiologia, Psicofisiologia I e II, Introdução à Saúde Pública, Psicofarmacologia e Psicopatologia I e II, totalizando uma carga horária de 630h.

Podemos dizer que as disciplinas acima elencadas, associadas às seis disciplinas de testes psicológicos (Testes

Psicológicos I e II, Técnicas de Exames Psicológicos I e II, Orientação Vocacional e Psicodiagnóstico), que totalizam uma carga horária de 375h, com certeza contribuem para uma atuação clínica nas escolas.

Essa formação prioriza a busca pelo diagnóstico e, conseqüentemente, o enquadramento do aluno encaminhado com queixa escolar em termos de normalidade e anormalidade, desconsiderando a complexidade do funcionamento escolar e sua relação com a queixa. Como discutimos anteriormente, com base nas pesquisas de Asbahr (2006), B. Souza (2007) e Souza (2006, 2007), as relações sociais constituídas na escola sofrem interferências com o troca-troca de professores de escolas em pleno ano letivo, com a falta de planejamento para a realização de reuniões com os gestores, com a imposição de políticas públicas sem discussão com aqueles que atuam no dia a dia escolar etc., podendo, sim, contribuir para a produção de alunos com queixa escolar.

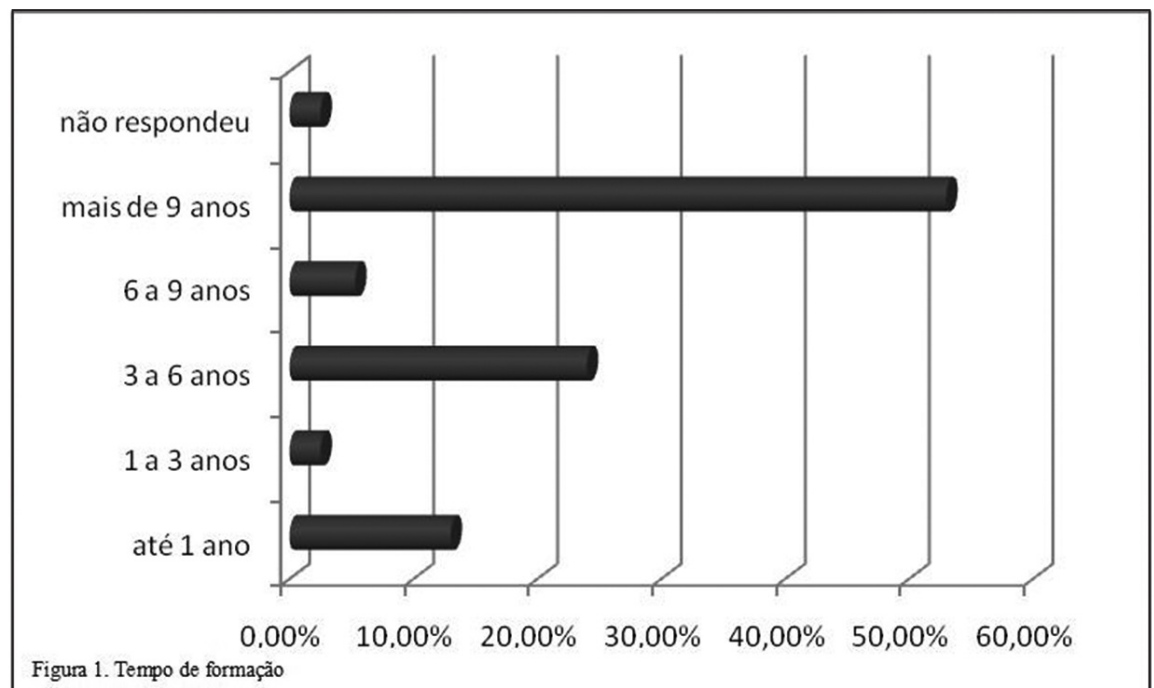
Nesse sentido, faz-se necessário que os cursos de Psicologia na área escolar rompam com esta formação clínica. Alguns avanços estão ocorrendo, frutos de pesquisas de alguns programas de pós-graduação, com destaque para o Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo e para a Universidade de Brasília, bem como para as discussões do grupo de Psicologia Escolar e Educacional da Associação de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia/ANPEPP.

As poucas disciplinas da área da Educação oferecidas no curso de Psicologia da UNIR são: Psicologia da Aprendizagem, Didática, Psicologia Escolar e Problemas de Aprendizagem/PEPA I e II, Prática de Ensino I e II e Psicopedagogia, totalizando 525h. Mas as disciplinas que abordam a temática da Psicologia Escolar, propriamente dita, restringem-se à Pepa I e II. A disciplina de Psicopedagogia tem, como referencial teórico, Sara Paín, que analisa a queixa escolar com base na teoria piagetiana.

Até 2005, as disciplinas de PEPA I e II em nosso curso possuíam enfoque clínico, buscando explicar o insucesso escolar em termos de distúrbios da aprendizagem, culpabilizando o aluno e/ou sua família. Esse fato foi verificado por Souza (1996, 2007) em sua pesquisa sobre os prontuários de atendimentos de algumas clínicas-escolas da cidade de São Paulo. Somente a partir de 2005, após o doutoramento de um grupo de professores do Departamento de Psicologia na linha de Psicologia Escolar e Desenvolvimento Humano pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, houve mudanças significativas no referencial teórico das disciplinas de PEPA I e II, que passaram a ter como base a teoria histórico-crítica, oferecendo, em 2006, o primeiro estágio curricular em Psicologia Escolar, do qual participaram duas psicólogas.

Com este novo enfoque, acreditamos que os alunos terão uma melhor compreensão da complexidade do cotidiano escolar, identificando questões referentes ao funcionamento institucional, discutidas por B. Souza (2007 e 2000/2007) como constituintes da queixa escolar.

5 Escola de tipologia 5 é aquela que possui até 25 salas de aula que atenda o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, com mais de 2000 alunos. Escola de tipologia 6 possui mais de 25 salas de aula, com mais de 2500 alunos.



Formação continuada

Quando do início da pesquisa, 60% dos participantes não realizavam nenhum curso de formação continuada, 10% fizeram o curso de Pós-graduação *lato sensu* de Psicopedagogia e 30%, cursos de capacitação em Metodologia do Ensino Superior, Educação Especial e/ou Gestão Escolar, muitos destes oferecidos pela SEDUC e SEMED.

Estes dados preocupam, tendo em vista que a maioria formou-se há mais de nove anos (Figura 1) e avanços teórico-práticos na área da Psicologia Escolar em busca de uma atuação crítica têm sido discutidos e publicados por pesquisadores como, por exemplo, Meira (2000/2007); M. Souza (2006), Tanamachi (2000/2007) e, Tanamachi e Meira (2003).

A falta de atualização poderia ser entendida pelo fato de a nossa região ser distante dos grandes centros, como São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, mas, desde 1995, cursos de formação continuada são oferecidos pela Fundação Rio Madeira/RIOMAR em parceria com a UNIR e, a partir de 1997, iniciou-se o de Psicopedagogia, atualmente oferecido regularmente por faculdades particulares, tanto da capital quanto do interior, embora este apresente viés clínico.

Para Marinho-Araújo e Almeida (2005) e Marinho-Araújo e Neves (2007), é importante que as universidades se preocupem em oferecer cursos de formação continuada para os psicólogos escolares a fim de que mudanças na prática profissional ocorram, deixando a atuação clínica para uma atuação crítica que permita compreender melhor o processo de escolarização.

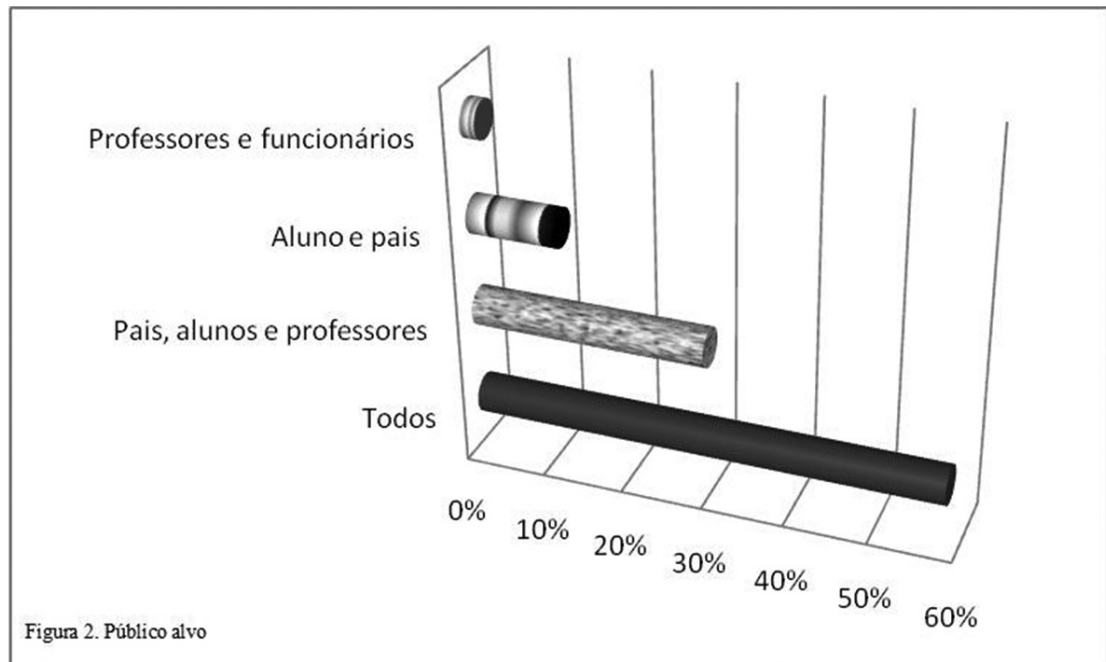
Em dezembro/2006, oferecemos o I Curso de Pós-graduação *lato sensu* de Psicologia Escolar, gratuito, notur-

no, com carga horária de 560h, fundamentado na teoria histórico-crítica. Foram oferecidas 20 vagas e 17 candidatos se inscreveram para o processo de seleção. Doze foram aprovados. A baixa procura surpreendeu-nos, visto que, durante a pesquisa, a maioria dos participantes reclamou da falta de cursos nesta área. Desses, apenas cinco se inscreveram e participaram do curso, os outros sete aprovados não atuavam na área escolar, apesar de terem interesse pela área. Podemos pensar que talvez esteja ocorrendo um desinteresse pela área escolar em virtude da baixa remuneração e da alta carga horária no setor público, como analisamos anteriormente. Vale lembrar que, na SEDUC, está ocorrendo um declínio no número desses profissionais: em 2006, eram 97 psicólogos escolares e, em 2009, são 27. Outro fato que merece destaque é com relação ao concurso da SEMED, de 2006, em que não houve candidatos suficientes para preenchimento das vagas.

Considerando que a maioria dos participantes formou-se no curso da UNIR que, até 2005, tinha o enfoque clínico nas disciplinas de PEPA I e II, como discutimos anteriormente, preocupamos-nos com a forma de atuação, que será discutida a seguir.

Atuação

Em termos de modalidade de ensino, 70% atuam no Ensino Fundamental, associado a outros níveis de ensino como Educação Infantil, Ensino Médio, Educação de Jovens



e Adultos ou Educação Especial, 19% trabalham só com o Ensino Fundamental, 8% só com Educação Especial e 3% só com Educação Infantil.

O público-alvo (Figura 2) dos participantes da pesquisa são os alunos, pais, professores e demais funcionários, o que demonstra até certo ponto uma noção de que as dificuldades do cotidiano escolar geralmente englobam os diversos atores escolares.

Ao analisarmos a atuação, temos que 89% atuam clinicamente, fazendo uso de testes de personalidade, avaliação de nível intelectual e aplicação das provas piagetianas nos alunos encaminhados, dinâmica de grupo com os professores e equipe de apoio bem como anamnese com os pais. Essa forma de atuação foi duramente criticada por Machado (2000/2007), Machado e Souza (1997/2008), Patto (1997) e M. Souza (1997/2007) por deslocar a análise das relações sociais constituídas na escola para o aluno e sua família, em termos de concepções psicologizantes, patologizantes ou de carência cultural da queixa escolar, negando-se qualquer influência do cotidiano escolar sobre o processo de escolarização do aluno.

Os dados sugerem que os psicólogos estão atuando com base em sua formação inicial, considerando que a maioria é ex-aluno da UNIR e, somente a partir de 2005, reformulamos o referencial teórico das disciplinas de PEPA. Temos que ressaltar, também, que muitos cursos de Psicologia apresentam forte enfoque clínico em sua grade curricular, como discutido por Antunes (2003), Machado (2003), Meira (2003), M. Souza (1996, 2007) e Tanamachi e Meira (2003), contribuindo para atuação nos moldes do modelo médico, individual, de longo prazo, muitas vezes com pouco ou nenhum retorno para os professores que tendem a ficar fora

dessa análise. Esta formação dificulta a compreensão do psicólogo sobre a complexidade do funcionamento escolar e de como as relações sociais ali constituídas são influenciadas por este funcionamento, muitas vezes desordenado, não planejado e improvisado, conforme análise de Souza, B. (2007).

Podemos pensar que, como a maioria dos participantes da pesquisa não participou de nenhum curso de formação continuada e, quando o fizeram, optaram por áreas não específicas da Psicologia Escolar, tal fato tenha contribuído para a atuação clínica que, do nosso ponto de vista, configura-se descontextualizada da instituição escolar. Soma-se isso ao fato de informarmos que os autores que fundamentam suas ações foram das mais diversas áreas: clínica (Freud, Rogers), aprendizagem (Piaget, Vigotski), Educação (Paulo Freire), Psicopedagogia (Sara Paim, Lúcia Weiss) e de autoajuda (Içami Tiba, Augusto Cury). Poucos relataram autores da Psicologia Escolar, como os citados neste artigo.

Considerações finais

Com esta pesquisa, buscamos conhecer a formação e a prática do psicólogo escolar em Rondônia. Os dados indicam que, talvez, em decorrência de uma formação tradicional pautada no modelo clínico, a maioria tem atendido clinicamente nas escolas públicas de nosso estado, o que para nós pouco auxilia na compreensão do fracasso escolar por negligenciar fatores do cotidiano escolar e as relações sociais ali constituídas.

O não envolvimento em cursos de formação continuada e a busca de fundamentação teórica para sua atuação,

em autores das mais diversas áreas, muito nos preocupa por facilitar uma compreensão que culpabiliza o aluno e/ou sua família pelo insucesso escolar.

Além destes dados, não podemos esquecer a desvalorização do psicólogo escolar em termos de secretarias públicas de educação, que pagam baixo salário, deixando inclusive de ter candidatos suficientes para preenchimento das vagas disponíveis.

Ao mesmo tempo, vale destacar que o governo do Estado iniciou, em 2008, um plano de cargos e salários em que consta pela primeira vez o cargo do psicólogo escolar, um avanço em termos políticos de reconhecimento deste profissional, mas é preciso mudanças no fazer psicológico.

Nesse sentido, algumas parcerias têm sido efetivadas entre a REN e nossa universidade, fruto do envolvimento dos técnicos conosco nesta pesquisa, assim, esperamos, em breve, possibilitar uma ruptura com o fazer clínico em prol de atuação norteada pela teoria histórico crítica.

Referências

- Alves-Mazzotti, A. J., & Gewandszajder, F. (2000). *O método nas Ciências Naturais e Sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. São Paulo: Pioneira.
- Angelucci, C. B. (2006). A inclusão escolar de pessoas com necessidades especiais na rede estadual de São Paulo: a dissimulação da exclusão. Em L. S. Viégas & B. Angelucci (Orgs.), *Políticas públicas em Educação: uma análise crítica a partir da Psicologia Escolar* (pp. 187-228). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Antunes, A. M. (2003). Psicologia e Educação no Brasil: Um olhar Histórico-Crítico. Em M. E. M. Meira & M. A. M. Antunes (Orgs.), *Psicologia Escolar: Teorias Críticas* (pp. 139-168). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Asbahr, F. S. F. (2006). Sobre o Projeto político-Pedagógico: (im) possibilidades de construção. Em L. S. Viégas & C. B. Angelucci (Orgs.), *Políticas públicas em educação: uma análise crítica a partir da Psicologia Escolar* (pp. 77-115). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Collares, C., & Moysés, M. A. (1996). *Preconceitos no cotidiano escolar: ensino e medicalização*. São Paulo: Cortez; Campinas: UNICAMP: Faculdade de Educação: Faculdade de Ciências Médicas.
- Lüdke, M., & André, M. E. D. A. (1986). *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.
- Machado, A. M. (2003). Os psicólogos trabalhando com a escola: intervenção a serviço do quê? Em M. E. M. Meira & M. A. M. Antunes (Orgs.), *Psicologia Escolar: práticas críticas* (pp. 63-85). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Machado, A. M. (2007). Avaliação psicológica na Educação: mudanças necessárias. Em E. Tanamachi; M. Proença & M. Rocha (Orgs.), *Psicologia e Educação: desafios teórico-práticos* (pp. 143-167). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Machado, A. M., & Souza, M. P. R. (2008). As crianças excluídas da escola: uma alerta para a Psicologia. Em A. M. Machado & M. P. R. Souza (Orgs.), *Psicologia Escolar: em busca de novos rumos* (pp. 35-49). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Marinho-Araújo, C. M., & Almeida, S. F. C. (2005). *Psicologia Escolar: construção e consolidação da identidade profissional*. Campinas, SP: Ed. Alínea.
- Marinho-Araújo, C. M., & Neves, M. M. B. J. (2007). Psicologia Escolar: perspectivas e compromissos na formação continuada. Em H. R. Campos (Org.), *Formação em Psicologia Escolar: realidades e perspectivas* (pp. 69-87). Campinas, SP: Alínea.
- Meira, M. E. M. (2003). Construindo uma concepção crítica de Psicologia Escolar: Contribuições da Pedagogia Histórico-Crítica e da Psicologia Sócio-Histórica. Em M. E. M. Meira & M. A. M. Antunes (Orgs.), *Psicologia Escolar: teorias críticas* (pp. 13-77). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Meira, M. E. M. (2007). Psicologia Escolar: pensamento crítico e práticas profissionais. Em E. Tanamachi, M. Proença & M. Rocha (Orgs.), *Psicologia e Educação: desafios teórico-práticos* (pp. 35-71). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Melo, T. G., & Tada, I. N. C. (2007). Inclusão escolar: Um desafio para as nossas escolas – Conhecendo a realidade em nossas escolas. *Pesquisa & Criação*, 5.
- Moysés, M. A. (2001). *A institucionalização invisível: crianças que não aprendem-na-escola*. Campinas, SP: Mercado de Letras.
- Oliveira, O. M. M., & Tada, I. N. C. (2007). Inclusão escolar: Um desafio para as nossas escolas – Desvelando algumas relações sociais. *Pesquisa & Criação*, v. 5.
- Patto, M. H. S. (1997). *Introdução à Psicologia Escolar* (3ª ed.). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Souza, B. P. (2007). Funcionamentos escolares e a produção de fracasso escolar. Em B. P. Souza (Org.), *Orientação à queixa escolar* (pp. 241- 278). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Souza, M. P. R. (1996). *A queixa escolar e a formação do psicólogo*. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Souza, M. P. R. (2006). Políticas públicas e Educação: desafios, dilemas e possibilidades. Em L. S. Viégas & C. B. Angelucci (Orgs.), *Políticas públicas em Educação: uma análise crítica a partir da Psicologia Escolar* (pp. 229-243). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Souza, M. P. R. (2007). Prontuários revelando os bastidores do atendimento à queixa escolar. Em B. P. Souza (Org.), *Orientação à queixa escolar* (pp. 27-58). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Tada, I. N. C. (2005). *Dialogando com Amanda: contribuições da teoria histórico-cultural na compreensão de uma jovem com síndrome de Down*. Tese de Doutorado em Psicologia Escolar e Desenvolvimento Humano, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Tanamachi, E. R. (2007). Mediações teórico-práticas de uma visão crítica em Psicologia Escolar. Em E. Tanamachi; M. Proença & M.

Rocha. (Orgs.), *Psicologia e Educação: desafios teórico-práticos* (pp. 73-103). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Tanamachi, E. R., & Meira, M. E. M. (2003). Atuação do psicólogo como expressão do pensamento crítico em Psicologia Educacional. Em M. E. M. Meira & M. A. M. Antunes (Orgs.), *Psicologia Escolar: práticas críticas* (pp. 11-62). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Recebido em: 28/04/2010
Reformulado em: 25/09/2010
Aprovado em: 07/10/2010

Sobre as autoras

Iracema Neno Cecilio Tada (iracematada@ig.com.br)
Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho - RO

Iuna Pereira Sápia (iunapereira@yahoo.com.br)
Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho - RO

Vanessa Aparecida Alves de Lima (limavanessa@uol.com.br)
Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho - RO

Correspondência

Iracema Tada

Rua Pirapitinga, 1937 casa 22. Cond. Lagoa Dourada. Bairro Lagoa. Porto Velho/RO. CEP: 76812-146.

Agradecimento

Apoio do PIBIC/CNPq